

06
2015

BEO RAM

BOLETIM DE
EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL

GOVERNO
REGIONAL
DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Índice

Apresentação	4
1. Síntese global	5
2. Subsetor do Governo Regional.....	6
2.1. Síntese	6
2.2. Receita.....	10
2.3. Despesa	13
3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR	18
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas.....	18
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	19
4. Dívida não Financeira da Administração Regional	24
5. Conceitos aplicados.....	27
6. Siglas e abreviaturas.....	28
7. Índice de Quadros	29

◆ Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental do Governo Regional da Madeira* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e da dívida não financeira da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a edição que ora se apresenta reporta-se aos valores acumulados até ao final do mês de maio de 2015.

◆ I. Síntese global

O quadro seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de 2015 e de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-maio)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	386.434,8	74.078,7	117.797,6	415.804,4
Impostos diretos	98.430,0	303,1	0,0	98.733,1
Impostos indiretos	186.515,7	15,8	0,0	186.531,5
Contribuições de Segurança Social	1.312,6	0,0	0,0	1.312,6
Outras receitas correntes	100.176,5	73.759,8	117.797,6	129.227,2
Transferências correntes	86.630,1	70.025,4	102.517,9	96.666,7
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	85.840,8	681,2	50,2	86.572,2
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	60.312,9	102.193,8	0,0
Receita de capital	9.544,2	13.563,4	8.793,6	24.419,2
Venda de bens de investimento	982,1	0,4	63,8	1.046,2
Transferências capital	8.340,2	13.546,6	8.711,2	23.116,1
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	518,6	0,0	518,6
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	1.385,4	6.096,5	0,0
Receita efetiva	395.978,9	87.642,1	126.591,3	440.223,6
Despesa corrente	433.241,9	69.666,7	111.908,0	452.309,9
Consumo público	213.081,4	53.878,7	100.936,9	367.897,0
Despesas com o pessoal	136.736,3	11.807,5	53.638,5	202.182,2
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	76.345,1	42.071,3	47.298,4	165.714,8
Subsídios	1.960,5	1.439,1	57,6	3.457,2
Juros e outros encargos	31.169,5	3.030,7	7.235,4	41.435,7
Transferências correntes	187.030,4	11.318,2	3.678,2	39.520,0
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	770,6	0,0	770,6
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	162.500,8	5,9	0,0	0,0
Despesa de capital	55.522,8	12.127,0	18.696,5	78.864,4
Investimento	38.437,8	2.099,9	18.696,5	59.234,2
Transferências de capital	17.085,1	10.027,1	0,0	19.630,2
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	1.531,7	660,4	0,0	2.192,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	7.481,9	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	488.764,7	81.793,7	130.604,5	531.174,3
Saldo global	-92.785,8	5.848,4	-4.013,2	-90.950,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-46.807,1	4.412,0	5.889,6	-36.505,5
Despesa corrente primária	402.072,4	66.636,0	104.672,6	410.874,2
Saldo corrente primário	-15.637,6	7.442,7	13.125,0	4.930,2
Saldo de capital	-45.978,7	1.436,4	-9.902,8	-54.445,2
Despesa primária	457.595,2	78.763,0	123.369,1	489.738,6
Saldo primário	-61.616,3	8.879,1	3.222,2	-49.515,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

Em 31 de maio de 2015, o saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 91,0 milhões de euros. O saldo primário ascende a -49,5 milhões de euros, em resultado da utilização dos empréstimos concedidos no âmbito do PAEF-RAM (112,6 milhões de euros dos quais 49,9 milhões de euros para despesa não financeira ou comercial) e dos 150 milhões de euros (19,7 milhões de euros), para pagamento de dívida comercial, e o saldo de capital é deficitário em 54,4 milhões de euros, face a

uma *despesa efetiva* de 531,2 milhões de euros e a uma despesa primária de 489,7 milhões de euros. A *receita efetiva* ascendeu a 440,2 milhões de euros.

Se aos valores da execução orçamental consolidada excluirmos os pagamentos de dívidas de anos anteriores, que totalizaram 123,9 milhões de euros, verificamos que o saldo primário é positivo em 71,0 milhões de euros e o saldo global é de +32,9 milhões de euros o que denota que a Região está a utilizar receita própria para pagar encargos assumidos e não pagos em anos anteriores.

♦ 2. Subsetor do Governo Regional

♦ 2.1. Síntese

O *saldo global* registado nos primeiros cinco meses de 2015, pelo subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -92,8 milhões de euros, o que representa uma melhoria de 71,0 milhões de euros face ao período homólogo. Esta circunstância decorre da diminuição das *Despesas correntes*, motivada, essencialmente, pela redução das verbas despendidas com a *Aquisição de bens e serviços* e *Juros e outros encargos*. Em paralelo, verificou-se um aumento das *Despesas de Capital* que se traduz numa variação homóloga de 24,3 milhões de euros, fundamentalmente em virtude do pagamento de encargos transitados de anos anteriores, associados, em grande parte, à execução do empréstimo dos 150 milhões de euros. A *despesa efetiva* registou um decréscimo de 16,4% face ao ano de 2014, tal como a *receita efetiva*, embora de forma menos intensa (-5,9%). Especificamente, o *saldo de capital* apresenta-se deficitário tendo registado um agravamento de 35,5 milhões de euros face ao ano anterior. O *saldo corrente* evidenciado nos primeiros cinco meses de 2015 ascendeu a -46,8 milhões de euros e o *saldo de capital* a -46,0 milhões de euros. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores, o saldo global é superavitário em 4,4 milhões de euros.

Uma apreciação mais detalhada permite constatar que, enquanto que na vertente corrente a *receita* diminuiu 3,4%, em termos homólogos, a *despesa* variou -21,7%, fundamentalmente

devido à diminuição do pagamento de *Juros e outros encargos*. Efetivamente, em 2014, na sequência da execução do empréstimo dos 1.100 milhões de euros, ocorreu o pagamento de verbas significativas de despesas com *Juros* (122,9 milhões de euros) o que induz à variação registada no Quadro II. O *saldo global* evidenciado no final de maio de 2015 resulta do comportamento da *receita efetiva*, que variou -5,9%, influenciada negativamente pela evolução registada tanto ao nível da componente corrente (-3,4%) como da componente de capital (-54,1%), e de um decréscimo da *despesa efetiva* (-16,4%), a qual foi condicionada no sentido descendente pela evolução das despesas com a *Aquisição de bens e serviços correntes* (-17,1%), com os *Juros e outros encargos* (-78,5%) e com *Outras despesas correntes* (-97,8%), e no sentido ascendente pelo comportamento das restantes componentes da *despesa*. Da informação disponível para os primeiros cinco meses de 2015, sobressai que 14,1% da despesa corrente realizada destinou-se à liquidação de encargos transitados de anos anteriores (61,0 milhões de euros).

Do lado da *receita*, assinala-se a trajetória descendente tanto na componente corrente – cristalizada numa variação homóloga de -3,4% – como na componente de capital, materializada numa variação de -54,1% face a 2014, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-maio)

€ Milhares

	2014	2015	VH (%)
Receita corrente	400.166,3	386.434,8	-3,4
Receitas fiscais	292.425,6	284.945,7	-2,6
Impostos diretos	104.638,7	98.430,0	-5,9
Impostos indiretos	187.786,9	186.515,7	-0,7
Outras receitas correntes	107.740,7	101.489,1	-5,8
Receita de capital	20.807,9	9.544,2	-54,1
Receita efetiva	420.974,1	395.978,9	-5,9
Despesa corrente	553.470,5	433.241,9	-21,7
Despesas com o pessoal	130.836,3	136.736,3	4,5
Aquisição de bens e serviços	91.859,0	76.162,8	-17,1
Juros e outros encargos	144.943,8	31.169,5	-78,5
Transferências correntes	175.450,2	187.030,4	6,6
Administrações Públicas	159.254,7	162.500,8	2,0
Outras	16.195,5	24.529,6	51,5
Subsídios	1.971,2	1.960,5	-0,5
Outras despesas correntes	8.410,0	182,3	-97,8
Despesa de capital	31.264,2	55.522,8	77,6
Investimento	22.509,6	38.437,8	70,8
Transferências de capital	8.754,6	17.085,1	95,2
Administrações Públicas	6.821,6	9.013,6	32,1
Outras	1.933,0	8.071,4	317,6
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	584.734,7	488.764,7	-16,4
Saldo global	-163.760,5	-92.785,8	43,3
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-153.304,2	-46.807,1	69,5
Saldo de capital	-10.456,3	-45.978,7	-339,7
Saldo primário	-18.816,8	-61.616,3	-227,5
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	15.153,8	12.262,6	-19,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

- ♦ O saldo primário foi de -61,6 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 42,8 milhões de euros relativamente aos cinco primeiros meses de 2014;
- ♦ Verifica-se uma melhoria do saldo corrente, cristalizado numa variação homóloga de 69,5%;
- ♦ A variação homóloga do saldo global resulta da trajetória descendente da receita efetiva, a par de um decréscimo mais pronunciado da despesa efetiva. Com efeito, enquanto a receita efetiva diminuiu, em termos homólogos, 25,0 milhões de euros nos cinco primeiros meses de 2015, a despesa efetiva registou um decréscimo de 96,0

milhões euros, justificando, deste modo, a formação do *saldo global* evidenciado no final de maio de 2015 de -92,8 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -46,8 milhões de euros e num saldo de capital de -46,0 milhões de euros. A dinâmica da despesa é influenciada pela utilização do empréstimo de 150

milhões de euros contratado em 2014, cuja aplicação em 2015 foi dirigida ao pagamento de encargos relativos a anos anteriores, no valor de 19,7 milhões de euros.

O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental de maio do subsetor do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (maio)			€ Milhares
	2014	2015	VH (%)
Receita corrente	92.618,0	65.091,1	-83,8
Receitas fiscais	72.904,2	61.590,0	-15,5
Outras receitas correntes	10.344,7	3.373,7	-67,4
Receita de capital	9.369,1	127,4	-98,6
Receita efetiva	101.987,1	65.218,4	-36,1
Despesa corrente	105.713,4	73.466,1	-30,5
Despesas com o pessoal	26.546,6	28.005,1	5,5
Aquisição de bens e serviços	3.441,7	3.685,6	7,1
Juros e outros encargos	44.134,3	3.596,0	-91,9
Despesa de capital	12.086,2	5.083,7	-57,9
Investimento	9.867,2	4.182,5	-57,6
Transferências de capital	2.219,0	901,1	-59,4
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	117.799,6	78.549,8	-33,3
Saldo global	-15.812,6	-13.331,4	-15,7
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-13.095,4	-8.375,1	36,0
Saldo de capital	-2.717,1	-4.956,3	-82,4
Saldo primário	28.321,7	-9.735,3	134,4

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A execução calculada tem por referência o orçamento retificado, à data, após os respetivos reforços e anulações.

A execução orçamental relativa ao mês de maio expressa uma trajetória análoga à registada em termos acumulados para 2015. Com efeito, a *receita efetiva* registou um decréscimo de 36,1% face ao evidenciado nos primeiros cinco meses de 2014, tendo-se verificado igualmente um

decréscimo do lado da *despesa efetiva* (-33,3%), que induziram a formação de um saldo global deficitário em maio de 2015, embora ligeiramente menos acentuado do que o registado no período homólogo do ano anterior. Em concreto, o saldo global evidencia que a *despesa efetiva* superou a

receita efetiva em 13,3 milhões de euros, para o qual contribuíram as dinâmicas evidenciadas pelas componentes corrente e

de capital, cujos saldos atingiram os -8,4 e -5,0 milhões de euros, respetivamente.

♦ 2.2. Receita

- ♦ A *receita efetiva* do Governo Regional variou -5,9% nos primeiros cinco meses de 2015, em virtude do comportamento evidenciado quer pelas *receitas não fiscais*, que registaram uma variação de -13,6%, quer pelas *receitas fiscais*, que evidenciaram um decréscimo de -2,6% ao longo desse período. Na componente fiscal, assinala-se a evolução evidenciada ao nível da tributação indireta (-0,7%), motivada pela variação na arrecadação das receitas provenientes dos *impostos de consumo sobre o tabaco* (-26,2%), parcialmente colmatada pela variação registada ao nível dos *impostos sobre o valor acrescentado* (0,9%), em virtude da aplicação do método de cálculo dos valores provisórios a transferir pelo Estado em sede de IVA, introduzido pela portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março. Por seu turno, ao nível da fiscalidade direta, registou-se uma variação de -5,9% em termos homólogos;
- ♦ Ao nível da *receita não fiscal*, a variação de -13,6% face aos cinco primeiros meses de 2014 reflete,

fundamentalmente, uma diminuição da *receita de capital*, motivada pelo decréscimo na realização de receita por *Transferências de capital*, designadamente as provenientes da União Europeia. Ao nível da componente *corrente*, registou-se um decréscimo de -5,8%, para o que contribuíram, no sentido ascendente, as evoluções registadas ao nível das *Taxas, multas e outras penalidades*, assim como da *Venda de bens e serviços correntes* e das *Outras receitas correntes*, e, no sentido descendente, as restantes componentes da *Receita corrente*.

- ♦ A *receita fiscal* fixou-se nos 284,9 milhões de euros no final de maio de 2015, refletindo uma variação de -2,6% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da *receita fiscal* acumulada nos cinco primeiros meses de 2015 resulta da trajetória descendente verificada tanto ao nível dos *impostos indiretos* (-0,7%), como dos *impostos diretos* (-5,9%);

- ♦ O QUADRO IV sintetiza o comportamento das principais rubricas associadas à *receita fiscal*.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)			€ Milhares
	2014	2015	VH (%)
Receita fiscal	292.425,6	284.945,7	-2,6
Impostos Diretos	104.638,7	98.430,0	-5,9
IRS	84.687,8	83.280,8	-1,7
IRC	19.950,1	15.149,2	-24,1
Outros	0,8	0,0	-100,0
Impostos Indiretos	187.786,9	186.515,7	-0,7
ISP	18.290,2	18.816,3	2,9
IVA	144.718,2	146.042,5	0,9
ISV	1.762,8	2.334,2	32,4
Imposto de consumo sobre o tabaco	12.582,9	9.287,4	-26,2
IABA	1.743,2	2.021,9	16,0
Outros	8.689,5	8.013,3	-7,8
Imposto de Selo	7.022,5	6.676,7	-4,9
IUC	1.097,5	1.210,8	10,3
Receita não fiscal	128.548,5	111.033,2	-13,6
Receita efetiva	420.974,1	395.978,9	-5,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

A evolução dos impostos diretos de 2014 para 2015 foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares* (IRS) – regista-se um decréscimo de -1,7% face ao período homólogo de 2014;
- ♦ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas* (IRC) – verifica-se uma variação de -24,1% relativamente aos primeiros cinco meses de 2014.

As variações ocorridas refletem, na parte relativa à tributação do rendimento, uma arrecadação em linha com o verificado no período homólogo de 2014. Relativamente ao decréscimo verificado ao nível do IRC,

assinala-se como principal fator explicativo a cessação da atividade de empresas que induziram a cobranças extraordinárias no início de 2014, pelo que, expurgando o caráter excecional da arrecadação de receita em 2014, o ano 2015 registou um nível de receita em linha com o verificado no período homólogo do ano anterior.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ♦ *Imposto sobre o Valor Acrescentado* (IVA) – verifica-se um aumento na receita arrecadada até maio de 2015 face ao período homólogo de 2014 (0,9%). Esta evolução deriva do facto dos valores provisórios a transferir pelo

Estado por conta das receitas de IVA refletirem um aumento da arrecadação do Imposto sobre o Valor Acrescentado face a 2014, conforme inscrito no Mapa I do Orçamento do Estado para 2015, em coerência com o estabelecido no artigo 3.º da portaria n.º 77-A/2014 de 31 de março.

- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)* – a receita acumulada registou uma variação de 32,4% face ao período homólogo de 2014;
- ◆ *Imposto de Selo (IS)* – a receita acumulada registou uma diminuição de 4,9%;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)* – a receita líquida acumulada registou um decréscimo de 26,2% comparativamente a 2014;
- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP)* – a arrecadação da receita proveniente destes impostos aumentou face ao nível da execução dos cinco primeiros meses de 2014 (2,9%).

A **receita não fiscal** apresenta uma variação de -13,6%, em grande medida influenciada, no que à componente corrente diz respeito, pela quebra evidenciada nos *Rendimentos da propriedade*, a par da diminuição das *Transferências correntes*, em particular das provenientes do Estado, justificada fundamentalmente pela alteração do método de cálculo estabelecido na nova Lei de Finanças das Regiões Autónomas, e na componente de capital, pela variação evidenciada ao nível das *Transferências de capital* (-59,2%), em particular das provenientes da União Europeia, situação que não será alheia ao facto do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) se encontrar, em 2015, em fase de encerramento.

O quadro seguinte complementa o descrito relativamente à execução orçamental da *receita não fiscal* do Governo Regional da Madeira, relativa aos anos de 2014 e 2015:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio)

€ Milhares

	2014	2015	Grau de Execução (%)
Receita fiscal	292.425,6	284.945,7	32,3%
Receita não fiscal	128.548,5	111.033,2	32,3%
Correntes	107.740,7	101.489,1	43,7%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	2.360,2	1.312,6	23,3%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	6.471,6	8.077,0	31,1%
Rendimentos da Propriedade	2.209,5	900,2	45,0%
Transferências Correntes	93.175,5	86.630,1	46,6%
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.748,5	3.140,3	33,8%
Outras Receitas Correntes	775,4	1.428,8	41,3%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	20.807,9	9.544,2	8,6%
Venda de Bens de Investimento	29,3	982,1	9,8%
Transferências de Capital	20.438,9	8.340,2	8,4%
Outras Receitas de Capital	0,0	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	339,7	221,8	8,9%
Receita efetiva	420.974,1	395.978,9	32,3%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 2.3. Despesa

- ♦ A despesa efetiva acumulada do Governo Regional diminuiu 16,4% entre 2014 e 2015, tendo apresentado um grau de execução de 32,8%, mais 0,5 pontos percentuais do que o executado até maio de 2014.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-maio)

€ Milhares

	2014	2015	2014	2015	VH (%)
			Grau de Execução (%)		
Despesa corrente	553.470,5	433.241,9	39,0	34,9	-21,7
Despesas com o pessoal	130.836,3	136.736,3	37,6	37,8	4,5
Remunerações Certas e Permanentes	106.627,2	111.250,2	38,6	38,8	4,3
Abonos Variáveis ou Eventuais	765,5	818,9	23,5	26,0	7,0
Segurança social	23.443,6	24.667,3	34,5	34,1	5,2
Aquisição de bens e serviços correntes	91.859,0	76.162,8	41,4	33,8	-17,1
Juros e outros encargos	144.943,8	31.169,5	39,8	20,7	-78,5
Transferências correntes	175.450,2	187.030,4	38,2	38,4	6,6
Administrações Públicas	159.254,7	162.500,8	40,3	38,9	2,0
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	159.254,7	162.500,8	40,3	38,9	2,0
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	16.195,5	24.529,6	25,4	35,7	51,5
Subsídios	1.971,2	1.960,5	15,0	16,1	-0,5
Outras despesas correntes	8.410,0	182,3	66,6	4,2	-97,8
Despesa corrente primária	408.526,7	402.072,4	38,7	36,9	-1,6
Despesa de capital	31.264,2	55.522,8	8,0	22,3	77,6
Investimento	22.509,6	38.437,8	13,6	22,9	70,8
Transferências de capital	8.754,6	17.085,1	12,2	39,1	95,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	584.734,7	488.764,7	32,3	32,8	-16,4

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Por memória:

Ativos financeiros	15.153,8	12.262,6	25,2	23,7
Passivos financeiros	20.759,7	57.932,2	22,5	44,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2014 para 2015 foram os seguintes:

- ♦ Pagamentos relativos a encargos de anos anteriores, no montante de 97,5 milhões de euros;
- ♦ Variação das Despesas com o pessoal (4,5%), em parte explicada pela reversão da redução remuneratória temporária, conforme expresso no art.º 4.º da Lei n.º 75/2014 de 12 de setembro;
- ♦ Decréscimo das despesas com enquadramento na rubrica Aquisição de bens e serviços correntes (-17,1%);
- ♦ Decréscimo da despesa com juros e outros encargos (-78,5%);
- ♦ Acréscimo das transferências correntes (6,6%);
- ♦ Despesa com subsídios ascendeu a 2,0 milhões euros até maio de 2015;

- ◆ Decréscimo na execução da rubrica relativa a Outras despesas correntes (-8,2 milhões de euros);
- ◆ Acréscimo da despesa de capital (77,6%), a que estão associados os aumentos das despesas com a Aquisição de bens de capital (70,8%);
- ◆ As despesas correntes realizadas até ao final de maio de 2015 representam 88,6% do total da despesa efetiva, sendo que os pagamentos de despesa

corrente relativa a encargos de anos anteriores ascenderam a 61,0 milhões de euros e a despesa corrente primária correspondeu a 82,3% da despesa efetiva. Comparativamente ao período homólogo, as despesas correntes diminuíram o seu peso relativo na despesa efetiva em 6,0 pontos percentuais. O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-maio)			€ Milhares
	2014	2015	Peso na estrutura em 2015
Funções Gerais de Soberania	29.882,0	31.640,9	6,5
Serviços Gerais da Administração Pública	26.821,4	28.504,6	5,8
Segurança e Ordem Públicas	3.060,6	3.136,3	0,6
Funções Sociais	295.774,9	317.738,9	65,0
Educação	123.626,3	127.418,2	26,1
Saúde	137.810,5	145.576,3	29,8
Habituação e Serviços Coletivos	28.873,8	23.821,3	4,9
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	5.464,4	20.923,0	4,3
Funções Económicas	114.152,7	108.219,0	22,1
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	14.063,7	14.524,4	3,0
Indústria e Energia	444,0	658,6	0,1
Transportes e Comunicações	87.432,3	79.797,5	16,3
Comércio e Turismo	7.646,1	7.721,0	1,6
Outras Funções Económicas	4.566,5	5.517,4	1,1
Outras Funções	144.925,1	31.166,0	6,4
Operações da Dívida Pública	144.925,1	31.166,0	6,4
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	584.734,7	488.764,7	100,0

Por memória:

Ativos financeiros	15.153,8	12.262,6	2,5
Funções Gerais de Soberania	7.307,6	6.966,8	1,4
Funções Sociais	2.448,4	1.006,9	0,2
Funções Económicas	5.397,8	4.289,0	0,9
Outras Funções	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	20.759,7	57.932,2	11,9
Outras Funções	20.759,7	57.932,2	11,9

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

- ♦ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite comprovar o relevo das funções sociais na execução da despesa, representando 65,0% do total, seguindo-se as funções económicas (22,1%), as funções gerais de soberania (6,5%) e as outras funções (6,4%).
- ♦ Nas funções sociais, destacam-se as verbas destinadas à saúde (145,6 milhões de euros) e à educação (127,4 milhões de euros) e que representam 45,8% e 40,1% das despesas em funções sociais, respetivamente. As despesas com a educação aumentaram cerca de 3,8 milhões de euros, sendo que na saúde o montante despendido revelou-se superior ao do período homólogo do ano precedente em 7,8 milhões de euros.
- ♦ As despesas com as funções económicas decresceram em 2015 face à realização de 2014, cristalizando uma variação de 5,9 milhões de euros em termos homólogos;
- ♦ Nas funções gerais de soberania a execução ascendeu a 31,6 milhões de euros, o que representou uma variação de 5,9% face ao registado até final de maio de 2014, com os serviços gerais da administração pública, que apresentam um acréscimo de 6,3%, a condicionarem a evolução registada;
- ♦ Nas outras funções, os 31,2 milhões de euros executados destinaram-se a operações da dívida pública – representando uma variação de -78,5% face à execução registada nos cinco primeiros meses de 2014, motivada, fundamentalmente, pela quebra dos encargos com juros;
- ♦ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior execução de despesa foi a ex-Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 155,4 milhões de euros, dos quais 96,8% correspondem a transferências correntes (destinadas maioritariamente à área da Saúde). A despesa realizada pela ex-Secretaria Regional da Educação e dos Recursos Humanos foi de 145,4 milhões de euros (despesa efetiva), dos quais 72,1% dizem respeito às despesas com o pessoal. Segue-se a ex-Secretaria Regional do Plano e Finanças (104,0 milhões de euros), em despesas afetas, fundamentalmente, ao pagamento de juros e outros encargos e ao pagamento das SCUTS. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 0,6 milhões de euros, afetos, na sua maioria, a despesas com o pessoal (75,2%). As transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira

ascenderam a 5,5 milhões de euros nos primeiros cinco meses de 2015.

◆ O quadro VII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-maio)

€ Milhares									
	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice-Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	5.513,3	593,0	12.565,9	98.933,3	13.923,0	10.898,5	151.899,0	138.915,8	433.241,9
Despesas com o pessoal	0,0	446,1	9.697,6	6.996,0	10.381,2	3.530,6	850,1	104.834,8	136.736,3
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	358,6	7.742,3	5.560,3	8.270,1	2.855,4	689,6	85.774,0	111.250,2
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	9,9	100,1	142,4	120,2	9,3	0,5	436,4	818,9
Segurança social	0,00	77,5	1.855,2	1.293,3	1.990,9	665,9	160,0	18.624,4	24.667,3
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	146,9	2.173,0	59.910,5	1.349,1	4.280,6	659,5	7.643,2	76.162,8
Aquisição de bens	0,00	12,4	347,1	367,9	144,1	1.157,0	4,5	2.471,8	4.504,7
Aquisição de serviços	0,00	134,5	1.825,9	59.542,6	1.205,0	3.123,7	654,9	5.171,4	71.658,1
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	31.166,0	0,0	0,0	0,0	3,5	31.169,5
Transferências correntes	5.513,3	0,0	600,7	816,3	2.076,9	1.229,5	150.389,4	26.404,2	187.030,4
Administrações Públicas	5.513,3	0,0	560,4	794,4	2.073,8	0,0	149.499,4	4.059,3	162.500,8
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	5.513,3	0,0	560,4	794,4	2.073,8	0,0	149.499,4	4.059,3	162.500,8
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	40,3	218	3,1	1.229,5	890,0	22.344,8	24.529,6
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	87,1	1.845,6	0,0	27,7	1.960,5
Outras despesas correntes	0,0	0,0	94,5	44,6	28,6	12,1	0,0	2,4	182,3
Despesa de capital	0,0	0,0	34.335,4	5.058,9	3.772,0	2.366,2	3.526,6	6.463,7	55.522,8
Investimento	0,0	0,0	33.113,7	5.058,9	619	69,8	0,0	133,4	38.437,8
Transferências de capital	0,0	0,0	1.221,7	0,0	3.710,1	2.296,4	3.526,6	6.330,3	17.085,1
Administrações Públicas	0,0	0,0	1.221,7	0,0	1.956,4	2.296,4	3.526,6	12,6	9.013,6
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.531,7	0,0	0,0	0,0	1.531,7
Administração Regional	0,0	0,0	1.221,7	0,0	424,7	2.296,4	3.526,6	12,6	7.481,9
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	1.753,7	0,0	0,0	6.317,7	8.071,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,0									
Despesa efetiva	5.513,3	593,0	46.901,3	103.992,3	17.695,0	13.264,7	155.425,6	145.379,6	488.764,7
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	0,0	6.966,8	0,0	4.289,0	1.006,9	0,0	12.262,6
Passivos financeiros		0,0	0,0	57.932,2	0,0	0,0	0,0	0,0	57.932,2
Operações extraorçamentais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	45.965,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

♦ 3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ♦ A partir de 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental.
- ♦ Com a entrada em vigor do novo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010), as entidades abaixo designadas foram integradas, a partir de 1 de janeiro de 2015, no setor institucional da Administração Pública Regional, após aprovação do ORAM:
 - ADERAM - Agência de desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira;
 - CARAM - Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira;
 - IHM - Investimentos Habitacionais da Madeira, EPERAM;
 - SESARAM - Serviço Regional de Saúde, EPE;
 - ARDITI - Agência Regional para o Desenvolvimento da Investigação, Tecnologia e Inovação – Associação;
 - Polo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.
- ♦ A partir de 2015 as transferências para o SESARAM, EPE, e para a IHM, EPERAM, passaram a ser processadas diretamente pela tutela, atualmente a SRS, estando assim excluídas da presente análise dos SFA, o que implicará alterações significativas em relação ao valor global afeto a este subsetor.
- ♦ O *saldo global* da execução financeira das Entidades Públicas Reclassificadas, considerando a informação acumulada até ao final de maio de 2015, situou-se em -4,0 milhões de euros. Para este valor contribuem as despesas com o *peçoal* (53,6 milhões de euros), com a *aquisição de bens e serviços correntes* (46,3 milhões de euros), com *juros e outros encargos* (7,2 milhões de euros) e com *transferências correntes* (3,7 milhões de euros), fazendo com que a *despesa corrente* se fixasse em 111,9

milhões de euros. Relativamente à componente de capital, a despesa realizada ao nível da *aquisição de bens de capital* totalizou 18,7 milhões de euros. Do lado das *receitas*, a componente corrente ascendeu a 117,8 milhões de euros, enquanto a componente de capital, que ascendeu a

8,8 milhões de euros, contribuiu de forma menos intensa para o saldo evidenciado no final de maio.

- ♦ Verifica-se uma quebra no *saldo global* das EPR de 1,6 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior, conforme revela o quadro seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR		€ Milhares	
		abril	maio
Empresas Públicas Reclassificadas		-2.463,1	-4.013,2

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 5,8 milhões de euros. Este resultado é justificado, no que à componente corrente da receita diz respeito, pelas *transferências da Administração Pública Regional (APR)*, que atingiram 60,3 milhões de euros, o que representa 94,5% da *receita corrente* arrecadada até maio de 2015. Nas *receitas de capital* – não considerando o *saldo da gerência anterior* – as *transferências* provenientes da União Europeia constituem

a origem da parcela mais relevante do total arrecadado pela via de capital nos primeiros cinco meses de 2015 (85,8%). A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências correntes e de capital, e das despesas com a *aquisição de bens e serviços correntes* e com o *peçoal*, que representaram 91,9% da *despesa efetiva*.

O quadro X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos e das Entidades Públicas Reclassificadas:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio) € Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Saldo global	5.848,4	-4.013,2	1.835,1
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	78.763,0	123.369,1	202.132,1
Saldo primário	8.879,1	3.222,2	12.101,3
Saldo corrente	4.412,0	5.889,6	10.301,6
Saldo de capital	1.436,4	-9.902,8	-8.466,5
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	73,3	679,9	753,2
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	21.756,3	21.756,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo global* (SFA+EPR) relativo a maio de 2015 totalizou 1,8 milhões de euros, em virtude dos resultados positivos evidenciados pelos SFA, que registaram um saldo de 5,8 milhões de euros, parcialmente anulado pelo desempenho evidenciado pelas EPR, cujo *saldo global* ascendeu a -4,0

milhões de euros. Os saldos *corrente* e de *capital* atingiram, respetivamente, 10,3 e -8,5 milhões de euros. A *despesa primária* fixou-se nos 202,1 milhões de euros, perfazendo um *saldo primário* de 12,1 milhões de euros.

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio)

€ Milhares

	SFA	EPR	TOTAL
Receita corrente	74.078,7	117.797,6	191.876,4
Impostos diretos	303,1	0,0	303,1
Impostos indiretos	15,8	0,0	15,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.227,9	4.947,9	6.175,8
Transferências Correntes	70.025,4	102.517,9	172.543,4
União Europeia	9.015,2	256,6	9.271,7
Outras transferências	61.010,3	102.261,4	163.271,6
Venda de bens e serviços correntes	1.829,4	5.765,3	7.594,7
Outras Receitas Correntes	677,1	4.566,5	5.243,6
Receita de capital	13.563,4	8.793,6	22.357,0
Venda de bens de investimento	0,4	63,8	64,2
Transferências de capital	13.546,6	8.711,2	22.257,8
União Europeia	11.642,6	2.614,7	14.257,3
Outras transferências	1.904,0	6.096,5	8.000,5
Outras Receitas de Capital	1,9	14,8	16,7
Receita efetiva	87.642,1	126.591,3	214.233,4
Despesa corrente	69.666,7	111.908,0	181.574,8
Despesas com o pessoal	11.807,5	53.638,5	65.445,9
Aquisição de bens e serviços	42.017,0	46.343,5	88.360,6
Juros e outros encargos	3.030,7	7.235,4	10.266,2
Transferências correntes	11.318,2	3.678,2	14.996,3
Outros subsectores das Administrações Públicas	770,6	0,0	770,6
Outras transferências	10.547,6	3.678,2	14.225,8
Subsídios	1.439,1	57,6	1.496,7
Outras despesas correntes	54,3	954,9	1.009,1
Despesa de capital	12.127,0	18.696,5	30.823,5
Investimento	2.099,9	18.696,5	20.796,4
Transferências de capital	10.027,1	0,0	10.027,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	81.793,7	130.604,5	212.398,3
Saldo global	5.848,4	-4.013,2	1.835,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

Em termos de execução mensal, constata-se que o *saldo global* do mês de maio, dos SFA e das EPR, ascende a 0,5 milhões de euros, tendo o *saldo corrente* atingido -0,8 milhões de euros e o de capital 1,3 milhões de euros. A

despesa primária fixou-se nos 38,2 milhões de euros e o *saldo primário* em 5,1 milhões de euros. A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (maio)

€ Milhares

	maio 2015	
	SFA execução mensal	EPR execução mensal
Receita corrente	16.956,0	23.545,4
Impostos diretos	63,2	0,0
Impostos indiretos	3,1	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	16.889,7	23.545,4
Transferências correntes	16.210,0	20.299,8
Receita de capital	1.671,4	1.135,7
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	1.661,9	1.135,5
Receita efetiva	18.627,4	24.681,1
Despesa corrente	15.500,2	25.792,3
Consumo público	11.927,1	20.779,5
Despesas com o pessoal	2.807,9	11.399,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	9.119,3	9.380,0
Subsídios	381,0	10,4
Juros e outros encargos	421,8	4.245,7
Transferências correntes	2.770,3	756,7
Despesa de capital	1.116,7	438,9
Investimento	195,8	438,9
Transferências de capital	920,9	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	16.616,8	26.231,2
Saldo global	2.010,6	-1.550,1

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O quadro XIII apresenta os saldos de maio dos subsetores do Governo Regional, SFA, e

EPR – em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	maio 2015	janeiro-maio 2015	maio 2015	janeiro-maio 2015
Saldo global	9.426,4	21.352,9	-12.998,3	-90.950,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	13.211,3	59.798,7	-9.293,5	-36.505,5
Despesa corrente primária	51.918,4	306.201,6	73.465,0	410.874,2
Saldo corrente primário	17.229,1	93.999,0	-1.030,0	4.930,2
Saldo de capital	-3.784,9	-38.445,8	-3.704,9	-54.445,2
Despesa primária	57.391,5	366.369,5	79.377,0	489.738,6
Saldo primário	13.444,2	55.553,2	-4.734,9	-49.515,0

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

O *saldo corrente* (considerando GR+SFA), ascendeu, em termos acumulados, a 13,2

milhões de euros, tendo o *saldo de capital* atingido -3,8 milhões de euros. A

informação relativa ao *saldo primário* (GR+SFA) revela um resultado que ascende a 13,4 milhões de euros até maio de 2015. Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a *receita corrente* arrecadada até maio de 2015 foi de 415,8 milhões de euros e que a despesa da mesma natureza ascendeu a 452,3 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 24,4 milhões de euros enquanto

a despesa ascendeu a 78,9 milhões de euros. A receita líquida dos *ativos e passivos financeiros*, bem como das *operações extraorçamentais*, atingiu os 440,2 milhões de euros, com a *despesa efetiva* a atingir os 531,2 milhões de euros.

- ♦ O quadro XIV expressa a desagregação por *receita* e *despesa* do universo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR				€ Milhares
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	maio 2015	janeiro-maio 2015	maio 2015	janeiro-maio 2015
Receita corrente	69.147,5	400.200,6	72.435,0	415.804,4
Impostos diretos	21.359,6	98.733,1	21.359,6	98.733,1
Impostos indiretos	40.296,7	186.531,5	40.296,7	186.531,5
Contribuições de Segurança Social	130,8	1.312,6	130,8	1.312,6
Outras receitas correntes	7.360,4	113.623,4	10.647,9	129.227,2
Transferências correntes	3.554,8	96.342,7	3.596,7	96.666,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	231,4	86.522,0	231,4	86.572,2
Receita de capital	1.688,1	21.722,1	2.207,1	24.419,2
Venda de bens de investimento	0,0	982,5	0,0	1.046,2
Transferências capital	1.660,0	20.501,4	2.178,7	23.116,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	53,6	518,6	53,6	518,6
Receita efetiva	70.835,7	421.922,7	74.642,2	440.223,6
Despesa corrente	55.936,2	340.401,9	81.728,5	452.309,9
Consumo público	43.673,5	266.960,2	64.453,0	367.897,0
Despesas com o pessoal	30.813,0	148.543,8	42.212,5	202.182,2
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	12.860,5	118.416,4	22.240,5	165.714,8
Subsídios	757,7	3.399,6	768,2	3.457,2
Juros e outros encargos	4.017,8	34.200,3	8.263,5	41.435,7
Transferências correntes	7.487,2	35.841,8	8.243,9	39.520,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	179,4	770,6	179,4	770,6
Despesa de capital	5.473,1	60.167,9	5.912,0	78.864,4
Investimento	4.378,3	40.537,7	4.817,3	59.234,2
Transferências de capital	1.094,7	19.630,2	1.094,7	19.630,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	40,1	2.192,1	40,1	2.192,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	61.409,3	400.569,8	87.640,5	531.174,3

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

◆ 4. Dívida não Financeira da Administração Regional

- ◆ O passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de maio de 2015, ascendia a 1.202,1 milhões de euros, dos quais, 70,3% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 6,4% do montante do passivo verificado;
- ◆ Excluindo as novas EPR (universo comparável com 2014), os passivos ascendem a 1.004,9 milhões de euros;
- ◆ Até 31 de maio, comparando com 01/01/2015, a Região reduziu os passivos em 61,0 milhões de euros e os pagamentos em atraso em 27,5 milhões de euros;
- ◆ Desde o início do PAEF-RAM, e considerando o mesmo universo de entidades ocorreu a redução de passivos no valor de 1.668,0 milhões de euros e de pagamentos em atraso no montante de 830,7 milhões de euros;
- ◆ Os *pagamentos em atraso* apurados até ao final de maio de 2015 correspondem a 403,6 milhões de euros, dos quais 112,6 milhões de euros são afetos às novas EPR. As parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (59,1%) e às EPR (40,6%);
- ◆ Assinala-se ainda o facto da componente *Aquisições de bens e serviços correntes* representar 38,9% do total do Passivo e 71,1% dos pagamentos em atraso;
- ◆ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no final de maio de 2015, no que à *dívida não financeira* diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de maio de 2015 (valores acumulados)

€ Milhares

Total	maio de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.051.329,47	770.036,08	328.981,65	-2,07%	1,14%	-2,64%
Despesas com Pessoal	21.712,29	6.707,57	39,48	-4,41%	32,89%	-23,57%
Aquisições de Bens e Serviços	467.544,99	465.013,47	287.049,94	-3,57%	-3,54%	2,23%
Juros e outros encargos	390.942,67	129.827,04	40.772,22	7,75%	66,53%	-22,73%
Transferências Correntes	165.509,65	163.127,88	1.103,06	-15,53%	-13,77%	-74,06%
Subsídios	5.391,30	5.133,81	0,00	-23,08%	-25,37%	0,00%
Outras Despesas Correntes	228,56	226,31	16,94	1,00%	1,22%	-10,03%
Despesas de Capital	150.807,18	132.450,19	74.655,68	-20,43%	-22,98%	-19,96%
Aquisições de Bens de Capital	91.798,03	85.799,83	74.387,45	-22,23%	-24,76%	-19,91%
Transferências de Capital	59.009,15	46.650,36	268,23	-17,45%	-19,49%	-30,73%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	1.202.136,65	902.486,26	403.637,32	-4,83%	-3,31%	-6,38%

Total excluindo novas EPR	1.004.919,91	720.928,73	291.052,17	-3,74%	-1,63%	-9,77%
----------------------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------	---------------	---------------

a) Compreende as Entidades Públicas Reclassificadas que passaram a figurar nos reportes mensais a partir de 01/01/2015

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de maio de 2015 (valores acumulados)

€ Milhares

Governo Regional	maio de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	737.145,22	493.097,04	198.980,20	0,45%	7,67%	-4,87%
Despesas de Capital	107.375,08	91.942,95	39.595,23	-22,62%	-26,19%	-33,14%
Total	844.520,30	585.039,99	238.575,42	-3,22%	0,43%	-11,11%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de maio de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Serviços e Fundos Autónomos	maio de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	75.864,68	73.793,28	1.135,77	-15,71%	-14,86%	1,62%
Despesas de Capital	1.474,00	1.474,00	0,00	-6,19%	29,23%	0,00%
Total	77.338,67	75.267,27	1.135,77	-15,54%	-14,29%	1,62%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de maio de 2015 (valores acumulados) € Milhares

Entidades Públicas Reclassificadas	maio de 2015			Variação face ao stock inicial de janeiro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	238.319,57	203.145,76	128.865,68	-4,57%	-6,27%	0,98%
Despesas de Capital	41.958,11	39.033,24	35.060,45	-14,70%	-15,63%	2,98%
Total	280.277,67	242.179,00	163.926,13	-6,24%	-7,92%	1,40%

Fonte: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

♦ 5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ♦ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ♦ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas

a pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ♦ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescendo aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

◆ 6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IABA	Imposto sobre o Alcool e as Bebidas Alcoólicas
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento do Estado
OE	Orçamento do Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

♦ 7. Índice de Quadros

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-maio).....	5
QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro-maio).....	7
QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (maio).....	9
QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio).....	11
QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (janeiro-maio).....	12
QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (janeiro-maio).....	13
QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (janeiro-maio).....	15
QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-maio).....	17
QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR.....	19
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio).....	20
QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-maio).....	21
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (maio)	22
QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR	22
QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR.....	23
QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de maio de 2015 (valores acumulados).....	25
QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de maio de 2015 (valores acumulados)	25
QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de maio de 2015 (valores acumulados).....	26
QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de maio de 2015 (valores acumulados).....	26



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Governo Regional

◆ Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública

DESIGN GRÁFICO: © SRF, 2015

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: junho de 2015

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira



Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional <http://www.madeira.gov.pt/srf/> | E-mail: gabinete.srf@madeira.gov.pt



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA